



Juvêncio da Fonseca (segundo à direita) preside audiência com autoridades em medicina

Combate à violência deve começar ainda na gestação

A violência deve ser combatida desde a gestação, segundo afirmaram três especialistas convidados para discutir projeto de Pedro Simon que institui a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância. Para Simon, se o poder público tivesse consciência da importância de políticas voltadas exclusivamente para a primeira infância, muitos problemas seriam evitados. O projeto visa formar cidadãos mais aptos à convivência social e a uma cultura de paz. **Página 8**

Ex-mulher de Buratti reforça relatório da CPI, diz Efraim

O presidente da CPI dos Bingos, Efraim Morais, disse ontem que Elza Gonçalves Buratti, ex-mulher do advogado Rogério Buratti, relatou fatos “interessantes”, a começar pela existência de “movimentos financeiros estranhos” na conta do casal. Hoje, a CPI deve ouvir a cozinheira Zildete Reis, que teria presenciado a trama do seqüestro e assassinato do ex-prefeito de Santo André, Celso Daniel, ocorridos em janeiro de 2002. A trama teria sido relatada ao *Correio Braziliense*. **Página 7**



Elza Buratti depõe na CPI dos Bingos; a seu lado, Efraim Morais e Eduardo Suplicy

Em busca de regras para saneamento

Renan Calheiros e Aldo Rebelo instalam comissão mista destinada a sistematizar projetos em exame no Congresso



Renan anuncia comissão, ao lado de Aldo Rebelo, Darcísio Perondi (E), senador César Borges e deputado Júlio Lopes

Os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Aldo Rebelo, instalaram ontem comissão de cinco senadores e cinco deputados que deverá sugerir em 30 dias marco regulatório para o setor de saneamento. Uma política nacional de saneamento básico foi recentemente objeto de discussão na Câmara, mas os deputados não chegaram a acordo para votar um projeto. O Senado também tem propostas em exame. **Página 3**

Arthur Virgílio apóia acordo entre candidatos

Líder do PSDB aprova proposta de Jefferson Péres de que as legendas se comprometam a apoiar políticas de ajuste fiscal e de metas de inflação, independentemente de quem vença eleições. **Página 6**

CAE debate lei com Mantega e governadores

Comissão decide debater com ministro da Fazenda e governadores o projeto destinado a regulamentar a Lei Kandir, que isenta exportações do pagamento de ICMS. **Página 5**

Congresso não vota mudanças no Orçamento

Por falta de acordo entre os líderes partidários e suas bancadas, o Congresso adiou ontem, pela segunda vez, a votação do projeto que muda as regras de tramitação do Orçamento da União. **Página 8**

Autoridades em ecologia, embaixadores e parlamentares discutem temas relacionados ao meio ambiente



Conferência estende-se até amanhã, no Auditório Petrônio Portella

Senado é sede do 6º Encontro Verde das Américas

Discutir alternativas para o desenvolvimento sustentável, a conservação do meio ambiente e o uso racional dos recursos naturais. Esse é o objetivo do 6º Encontro Verde das Américas, que está sendo realizado no Auditório Petrônio Portella, do Senado. A conferência, iniciada ontem e que se estenderá até amanhã, é organizada pela ONG ambientalista Palíber, com sede em Brasília. Participam do evento autoridades em ecologia, embaixadores e parlamentares.

A abertura do primeiro dia do encontro foi marcada pela entrega do Prêmio Verde das Américas 2006 para nove áreas. Criado em 2002, o prêmio possui 12 categorias e busca homenagear pessoas ou instituições que têm contribuído para o desenvolvimento e a preservação ambiental

do planeta. Entre os ganhadores deste ano estão a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), na categoria "Direito Ambiental", e o reitor da Universidade de Brasília, Timothy Mulholland, na categoria "Educação Ambiental e Pesquisa".

O deputado Ney Lopes (PFL-RN), a embaixadora da Suécia, Margareta Winbert, e o chefe da divisão de meio ambiente do Ministério das Relações Exteriores, Bernardo Velloso, foram alguns dos palestrantes de ontem.

Hoje, uma das palestras será a do doutor em energia renovável Stefan Krauter. Amanhã, o deputado federal Leonardo Mattos (PV-MG) falará sobre a transposição do rio São Francisco. As inscrições para o evento são gratuitas e ainda podem ser feitas no [site www.greenmeeting.org](http://www.greenmeeting.org).

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Medidas provisórias e subsídios agrícolas na pauta

A sessão é deliberativa e começa às 14h. Várias medidas provisórias ainda trancam a pauta. Às 15h30, o presidente do Senado, Renan Calheiros, encontra-se com o pre-

sidente da Comissão Européia, João Manuel Barroso Durão, para discutir os subsídios agrícolas praticados por países europeus, que prejudicam as exportações brasilei-

ras. A comissão tem representantes dos 25 países da União Européia. Durão é ex-primeiro-ministro e ex-ministro das Relações Exteriores de Portugal.

Incentivos para a cultura e panorama da indústria musical

Às 9h30, a Comissão de Educação (CE) vota projeto que prorroga a lei de incentivos fiscais no investimento na indústria cinematográfica nacional. Às 10h, a CE e a Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação

fazem um panorama da indústria musical do país, com a presença de produtores, artistas e outros membros do setor. Eles devem discutir políticas de combate à pirataria, arrecadação de direitos autorais etc.

Segurança pública e empréstimos em análise pela CCJ

O pacote de medidas para aprimorar a segurança pública continua em pauta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), às 9h30. Senadores analisam o projeto que institui o sistema nacional de políticas sobre drogas. O colegiado também irá discutir mudança na lei dos empréstimos descontados em folha de aposentados e pensionistas. O objetivo é impedir a publicidade feita pelas instituições financeiras que visam atrair essa parcela da população.



Audiência discute trabalho infantil no país

Medidas de prevenção e controle do trabalho infantil são temas de discussão na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), às 10h30. Os senadores

analisam a questão pouco tempo depois de a Organização Internacional do Trabalho (OIT) ter divulgado estudo global sobre o assunto. A comissão também vai basear-se

no Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. Está prevista a participação de representantes sindicais e de grupos de trabalhadores.



CMA debate conservação e exploração de florestas

Depois de discutir a fiscalização em uma empresa de limpeza pública de João Pessoa, às 10h, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) debate a conservação de florestas públicas, com destaque para as áreas no Pará

que foram interditadas para que o Ibama determine se a exploração é permitida. Entre os convidados, estão os ministros do Meio Ambiente, Marina Silva, e do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, bem como representantes de entidades ligadas à indústria madeireira.

Depoimentos e dívidas rurais em pauta

A CPI dos Bingos ouve, às 11h, os empresários de jogos José Renato Granado e Jair da Ressurreição Paula. No mesmo horário, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) continua a analisar a repactuação e o alongamento das dívidas dos agricultores com operações de crédito rural.

Recursos da operação tapa-buracos

Às 14h, o ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União (TCU), fala na Comissão Mista de Orçamento (CMO) sobre a operação tapa-buracos. Auditores do TCU acompanharam a aplicação de verbas para a recuperação das estradas, programa implementado pelo governo no início deste ano.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich e Silvia Gomide (interina) (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, João Alberto Souza, Cristovam Buarque, Marcelo Crivella, Romeu Tuma e Eduardo Siqueira Campos



Agripino critica intenção do governo de incluir sem-terra no Bolsa Família

Acampado quer terra e não programa social, diz Agripino

José Agripino (PFL-RN) criticou a intenção do governo federal, divulgada ontem pelo jornal *Folha de S. Paulo*, de incluir no programa Bolsa Família os mais de 1 milhão de trabalhadores rurais sem-terra acampados nas estradas brasileiras. Para o senador, incluir os trabalhadores rurais nesse programa de transferência de renda distorcerá os objetivos da reforma agrária, que deveria garantir a eles acesso à terra, ao crédito e à assistência técnica.

Segundo Agripino, as lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) também não estariam aceitando essa idéia do governo. O parlamentar alertou ainda para o fato de que os trabalhadores rurais acampados fazem parte dos registros de "atendidos" pelo programa de reforma agrária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Renan busca acordo entre líderes para destrancar a pauta

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou em Plenário que vai tentar realizar reunião com os líderes partidários com o objetivo de destrancar a pauta de votação da sessão de hoje, dando condições para que os senadores possam apreciar, entre outras matérias, a proposta de emenda à Constituição que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Segundo Renan, já há consenso político em torno do texto da PEC, de grande interesse para a educação no país.

Se a pauta for desbloqueada, disse Renan, os senadores também vão poder votar o projeto de conversão (PLV 16/06), proveniente da Medida Provisória 285/06, que permite a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito rural na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene).

Renan afirma que, apesar de 90% das áreas urbanas do país terem acesso a água tratada, a distribuição acaba não beneficiando as populações mais pobres

Comissão mista vai consolidar projetos sobre saneamento

Os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, Aldo Rebelo e Renan Calheiros, instalaram ontem a comissão mista destinada a sistematizar os projetos de lei sobre saneamento em tramitação nas duas Casas do Congresso. Com prazo de 30 dias para concluir o trabalho, a comissão é composta de cinco senadores e cinco deputados.

A adoção de uma política nacional de saneamento básico foi recentemente objeto de discussão na Câmara, mas os deputados não chegaram a um acordo para a votação de uma proposta. Estados e municípios, assim como

entidades da sociedade civil, também não concordaram com a adoção de uma política nacional de saneamento, discordando, sobretudo, em itens como a participação da iniciativa privada, as regras e a gestão dos serviços.

Renan lembrou que tramitam na Câmara diversos projetos do Executivo que poderão servir de subsídio à Comissão Mista de Saneamento. Ele destacou dado levantado por César Borges (PFL-BA), de que são necessários cerca de R\$ 160 bilhões para que o saneamento básico esteja disponível em todo o país.

O presidente do Senado afir-

mou que sem um marco regulatório não há como atrair investimentos para o setor. Disse que, apesar de 90% das áreas urbanas terem acesso a água tratada, a distribuição não beneficia as populações mais pobres.

Integram a comissão os senadores César Borges, Tião Viana (PT-AC), Fernando Bezerra (PTB-RN), Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Luiz Octávio (PMDB-PA), e os deputados Custódio Matos (PSDB-MG), Darcísio Perondi (PMDB-RS), Eduardo Sciarra (PFL-PR), Júlio Lopes (PP-RJ) e Maria do Carmo Lara (PT-MG).

Música pode ser incluída como tema de subcomissão

O presidente do Senado, Renan Calheiros, comparecerá à audiência pública que a Comissão de Educação (CE) realiza hoje, às 10h, para discutir requerimento do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) que propõe a inclusão da música no âmbito da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social. O convite foi feito, durante a solenidade de criação da Comissão Mista de Saneamento, por Cabral (também presidente da subcomissão), que estava acompanhado pelo compositor Ivan Lins e pela cantora Fernanda Abreu. No início deste mês, o senador fluminense se reuniu na CE com representantes dos músicos e cantores, que solicitaram uma



Renan (à esq., ao lado de Aldo Rebelo) participará da audiência na Comissão de Educação

audiência pública para debater pauta elaborada pela categoria.

Durante a reunião, Egeu Simas abordará a inclusão social por meio da música e Sidney Bonfim de Jesus tratará dos aspectos rela-

cionados às questões trabalhistas do músico. Gabriel o Pensador, Cláudio Nucci, Leila Pinheiro, Alaíde Costa, Celso Viáfora e Ivan Lins confirmaram que estarão presentes.

César Borges: governo faz propaganda enganosa

Ao cumprimentar o presidente do Senado, Renan Calheiros, pela decisão de instalar a comissão mista para sistematizar os projetos sobre saneamento, César Borges (PFL-BA) criticou o governo por fazer propaganda de obras financiadas pela Caixa Econômica Federal como se os recursos fossem da União. Na verdade, afirmou, o dinheiro é do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Ele mostrou dois modelos de placas com a suposta propaganda.

Para o parlamentar, o mais grave é que, na própria minuta de



Borges lembra que dinheiro emprestado pela Caixa é oriundo do FGTS e do FAT

contrato que a Caixa assina com estados e municípios, ela estaria obrigando o tomador do dinheiro a afixar em local visível a propaganda do governo. Mais ainda: outra cláusula estipularia que a



Para Suplicy, Renda Básica da Cidadania irá complementar ações sociais exitosas

Suplicy destaca avaliação positiva do Bolsa Família

O desempenho positivo atribuído pelo Banco Mundial ao programa Bolsa Família, tema de artigo do colunista da *Folha de S. Paulo* Luís Nassif, publicado ontem, foi destacado por Eduardo Suplicy (PT-SP). O senador leu o artigo de Nassif, que ressalta a indicação do Bolsa Família como o mais amplo, eficaz e bem focalizado programa de transferência de renda da América Latina.

Para Suplicy, o aperfeiçoamento de iniciativas sociais irá prosseguir com a implantação da Renda Básica de Cidadania, em que todos os brasileiros, independentemente de raça, sexo e condição social, teriam direito a receber uma renda mínima como parte da riqueza produzida pelo país. A condução de um programa de transferência de renda "bem desenhado", disse, contribuiria para estimular o ingresso de seus beneficiários no mercado de trabalho.

Pavan: Lula não cumpriu promessa de erradicar a fome

Leonel Pavan (PSDB-SC) fez um apelo ao governo federal para que destine urgentemente recursos do Orçamento para amenizar a situação de fome e miséria por que passam, segundo o senador, 13,9 milhões de brasileiros, baseado em recente perfil sobre segurança alimentar, levantado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com dados de 2004. Ele cobrou do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o cumprimento da promessa eleitoral de que todos os brasileiros fariam, no mínimo, três refeições diárias.

– Queriam muito que essa promessa tivesse saído do papel. Isso é prioridade máxima na gestão de qualquer governo – frisou.

Na avaliação de Pavan, o estudo do IBGE provou que o programa Fome Zero, adotado pelo governo federal, não conseguiu alcançar seus objetivos.

ACM critica Lula pela edição de MP que reestrutura carreiras



Antonio Carlos

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) criticou o presidente Lula pela edição, na segunda-feira, de medida provisória (MP 295) que reestrutura carreiras do serviço público no Poder Executivo.

– Sempre defendi o direito ao salário digno para o servidor público e para o trabalhador em geral. O problema é que, mais uma vez, o governo abusou do instituto da medida provisória. Por que não enviou o projeto ao Congresso Nacional?

Além disso, Antonio Carlos afirmou não ser justo que apenas algumas categorias sejam beneficiadas, enquanto outras são deixadas de lado.

Pavan quer adesão ao Simples de representante comercial



Leonel Pavan

Leonel Pavan (PSDB-SC) pediu apoio ao projeto de lei de sua autoria que permite aos representantes comerciais optarem pelo Simples.

Pavan informou ter recebido solicitação de “centenas de representantes comerciais” para que o Senado acelere a discussão da matéria. O projeto (PLS 183/03) está na Comissão de Educação (CE), com o relator, senador Wellington Salgado (PMDB-MG). Pavan apresentou requerimento à Mesa com o objetivo de acelerar a tramitação do proposta.

– Devemos agilizar esse projeto, que está desde 2003 parado – observou Pavan.

Suassuna elogia projeto que facilita criação de empresas



Ney Suassuna

Ney Suassuna (PMDB-PB) elogiou o governo pelo envio à Câmara de projeto que cria a Rede Nacional para a Simplificação de Empresas e Negócios (Redesim). O senador ressaltou a importância da proposta, que deve facilitar a criação de empresas.

Conforme Suassuna, que lembrou ter apresentado proposição semelhante em 2004, recente estudo do Banco Mundial atesta o absurdo da situação brasileira.

– Em média, gasta-se em nosso país um período de 152 dias para que uma atividade empresarial possa ser legalmente habilitada a funcionar, enquanto que, na Austrália, por exemplo, esse prazo não excede 48 horas – disse.

Paim pede redução da jornada de trabalho sem diminuir salário

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu ontem em Plenário a proposta de emenda à Constituição, de sua autoria, que reduz gradualmente a jornada de trabalho de 44 horas semanais para 36 horas, ao longo de oito anos, sem redução salarial, como parte do Pacto Empresarial para o Pleno Emprego (Pepe). A proposta (PEC 75/03) não é impositiva, pois as empresas poderiam optar por adotá-la ou não.

Paim exemplificou com o caso da empresa paranaense BS Colway que já adotou a redução da jornada e obteve melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores, maior produtividade e lucratividade e postos de trabalho dobrados.

Ele citou estudo do economista Márcio Pochmann, professor da Universidade de Campinas (Unicamp), segundo o qual a jornada de trabalho no

Brasil teve aumento de 37,5%, nos últimos 20 anos, tanto para o trabalhador do mercado formal quanto do informal. Do total de trabalhadores, destacou, 72,2% ou 79,1 milhões trabalham além da carga horária normal.

O estudo constatou ainda, informou Paim, que 8,2 milhões de pessoas passaram a procurar outra ocupação, tendo registrado também crescimento da “multiatividade” (quando uma mesma pessoa exerce mais de uma tarefa ou tem carga horária excessiva). A análise mostra que o excesso de horas trabalhadas atinge igualmente jovens, aposentados, homens, mulheres e crianças.

– Enquanto umas [pessoas] trabalham mais de 44 horas, outras têm duas jornadas de seis horas em dois empregos, e quem faz hora extra trabalha entre dez e 12 horas.

Ideli: “Mudamos os paradigmas de crescimento da economia”

Governo promove distribuição de renda simultaneamente ao crescimento do produto interno bruto, afirma senadora citando matéria de jornal

A senadora Ideli Salvatti (SC), líder do PT, disse ontem em Plenário que o atual governo mudou os paradigmas de crescimento da economia, distribuindo renda concomitantemente ao crescimento do produto interno bruto (PIB). Segundo Ideli, o aumento do PIB está vinculado ao incremento no poder de compra dos brasileiros, propiciado pelo aumento real no salário mínimo e pelos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família.

– Acabamos com aquela “verdade absoluta” de que era preciso fazer crescer o bolo antes de reparti-lo – disse a senadora.

Ideli mencionou trechos de reportagem publicada pelo jornal *Valor Econômico*, nessa segunda-feira, conforme a qual estima-se



Segundo Ideli, aumento do consumo das famílias gera elevação do PIB

que o PIB do primeiro trimestre de 2006 – a ser anunciado hoje pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – registrará aumento de 1,5% em relação ao último trimestre de 2005. Essa elevação teria entre suas causas o consumo das famílias. Os mes-

mos especialistas consultados pelo jornal, acrescentou a líder do PT, prevêem crescimento de 3,5% a 4% em 2006.

A parlamentar também informou que o Banco Mundial apontou o Bolsa Família como o maior e melhor programa de transferência de renda na América Latina, uma vez que 73% dos seus recursos chegariam ao público-alvo – a faixa de 20% de pessoas mais pobres na população.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou esperar que o Conselho de Política Monetária (Copom) do Banco Central continue reduzindo a taxa básica de juros no país, em razão das boas perspectivas da economia brasileira.

Alvaro condena administração da saúde pública no Paraná



Alvaro Dias

A administração da saúde pública no Paraná foi condenada por Alvaro Dias (PSDB-PR). Suas queixas basearam-se em pesquisa de opinião pública que apontou a saúde como o setor a liderar as reclamações dos paranaenses. Para ilustrar o cenário, o senador revelou que faltam remédios e médicos, casos de tuberculose voltaram a aparecer e cresceu em 600%

o número de mortes de gestantes.

– O investimento em recursos humanos e materiais é inexpressivo. Fica evidenciado ainda que não há uma política de integração da saúde com as áreas de trabalho, previdência, meio ambiente e educação – comentou.

Tourinho contesta propaganda do PT sobre eletrificação rural



Rodolpho Tourinho

A propaganda veiculada pelo PT em programas de televisão na Bahia recebeu críticas de Rodolpho Tourinho (PFL-BA). Segundo o senador, o PT estaria atribuindo ao governo Lula a criação do Programa Luz para Todos. Além disso, de acordo com a propaganda na TV, o governo baiano seria aquele que menos contribuiu financeiramente para a execução do programa.

– Isso não é verdade. A contrapartida do governo da Bahia é a maior entre todos os estados”, protestou.

Tourinho também esclareceu que o Luz para Todos é apenas a continuação do Programa Luz no Campo, criado durante sua gestão como ministro de Minas e Energia.

Eduardo Siqueira Campos aponta desvio de recursos no TO



Eduardo S. Campos

Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) apresentou uma série de denúncias de desvio de recursos públicos no governo do estado do Tocantins, com destaque para fraude de R\$ 25 milhões no Instituto Geral de Previdência Social do Estado.

Conforme o senador, o instituto teria contratado a Corretora Euro, apontada pela CPI dos Correios como responsável pela quebra de, pelo menos, três fundos de pensão, para negociar ações do Tesouro Nacional por valores inferiores aos de mercado. Os recursos que estariam sob a custódia do Banco do Brasil teriam sido transferidos para outros bancos.

Comissão convoca Mantega e representantes dos estados exportadores para avaliar projeto de Simon que visa fixar prazo para ressarcir perdas com isenção de ICMS



Luiz Otávio (C) relata proposta de crédito para programa de modernização fiscal da Bahia

Pontes no Pará e gestão fiscal na Bahia podem ter crédito externo

Os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovaram dois pedidos de contratação de crédito externo, um para o governo do Pará e outro para o da Bahia. O primeiro, no valor de até US\$ 42,670 milhões, é para financiar 85% do Projeto Pontes de Concreto para o Desenvolvimento, destinado à estruturação de rodovias no estado, com o objetivo de modificar a economia local e proporcionar melhor fluidez no tráfego de veículos para o escoamento de produtos da região, conforme o parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. O relator foi Gilberto Mestrinho (PMDB-AM). A contratação da operação será feita entre o governo do Pará e um consórcio de bancos.

O segundo pedido de crédito, no valor de até US\$ 12 milhões, destina-se ao financiamento do

Programa de Modernização da Gestão Fiscal da Bahia (Promosefaz II). O crédito para a Bahia será feito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O relator da matéria foi Luiz Otávio (PMDB-PA), presidente da CAE. A União será garantidora das duas operações.

Foi aprovado também pedido de urgência para a tramitação das duas matérias, que ainda serão votadas pelo Plenário. A solicitação dos crédito foi feita pela Presidência da República.

Segundo Luiz Otávio, o financiamento foi considerado passível de ser obtido no exterior pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofix) do Ministério do Planejamento. A Secretaria do Tesouro Nacional e a Procuradoria da Fazenda Nacional também se pronunciaram pela legalidade da operação.

Senadores acolhem recondução de presidente e conselheiros do Cade

Mensagens do presidente da República reconduzindo aos seus cargos, por mais dois anos, a presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Elizabeth Farina, e os conselheiros Luís Fernando Rigato Vasconcellos, Luiz Carlos Thadeu Delorme e Ricardo Villas Bôas Cueva foram aprovadas na CAE por unanimidade.

Elizabeth Farina afirmou que, desde que foi sabatinada pela primeira vez no Senado, há dois anos, o conselho implementou medidas que permitiram reduzir o prazo médio para o julgamento de um processo de abuso de poder econômico de 125 para 79 dias. O último processo – a fusão da DirectTV com a Sky – demorou

quatro meses.

Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu que a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça e o Cade acelerem o processo de abuso de poder econômico denunciado por plantadores de laranja contra as indústrias de suco. Já Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) questionou a promoção de passagens aéreas a R\$ 25 ou R\$ 50, da Gol, por entender que isso pode agravar a crise da Varig. Villas Bôas observou que o Cade se preocupa em separar o que é abuso de poder econômico do simples *marketing*. No caso da Gol, foi entendido que esse tipo de promoção (limitada a certas linhas, por poucos dias e algumas poltronas) não fere a concorrência.

Governadores e ministro debatem no Senado mudanças na Lei Kandir

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vai debater com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, com integrantes da área econômica do governo e com governadores o projeto destinado a regulamentar a Lei Kandir – que isenta do pagamento de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) as exportações de produtos primários e semi-elaborados ou serviços. A proposta determina o ressarcimento, por parte da União, para estados e o Distrito Federal, até o dia 15 do mês posterior ao da desoneração de exportações, e determina o ressarcimento integral dos valores já desonerados.

A proposição (PLS 30/06 complementar) foi debatida ontem na comissão e recebeu parecer contrário do relator, Gilvam Borges (PMDB-AP), que alega inconstitucionalidade. O autor da proposição é o senador Pedro Simon (PMDB-RS).

O presidente da CAE, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), disse que a matéria ficará sobrestada até que seja feito um amplo debate com essas autoridades sobre o



Gilvam (D), relator, destaca a importância de se buscar reduzir prejuízo dos estados

assunto. O próprio Gilvam e os senadores da comissão destacaram a importância da matéria, já que os estados estão sendo prejudicados pela Lei Kandir.

– Apesar do mérito incontestado do projeto, há óbices intransponíveis à sua aprovação. Não há dúvida de que a matéria vai de encontro aos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal – alegou o relator. O projeto, segundo Gilvam, “alteraria substancialmente o processo de ressarcimento, que passaria do modelo atual de nego-

ciação de um valor máximo a ser incluído no Orçamento para um valor em aberto, dependente do volume de exportações realizado no futuro”.

– Temos que resolver essa questão da Lei Kandir de uma vez por todas. Não por esse projeto. Mas temos que resolver – afirmou Ideli Salvatti (SC), líder do PT.

Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que a Lei Kandir veio para beneficiar os exportadores, mas prejudicou os estados, “que estão de pires na mão”.

Estados devem explicar impacto econômico e social

Um amplo debate sobre incentivos fiscais concedidos pelos estados deve ser promovido pela Comissão de Assuntos Econômicos, que aprovou requerimento nesse sentido, apresentado pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA). A audiência será realizada em 6 de junho.

A discussão foi motivada pela declaração de inconstitucionalidade, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), de parte da Lei

Estadual 6.489/02 que permitia a concessão de benefícios fiscais a empresas participantes da política de incentivos ao desenvolvimento do Pará. No último dia 23, a CAE aprovou requerimento de Ana Júlia Carepa (PT-PA) para que se discuta o impacto econômico e social da declaração de inconstitucionalidade. O requerimento de Flexa Ribeiro é um aditamento ao de Ana Júlia, para que os governos

de outros estados também prestem esclarecimentos sobre suas políticas de incentivos.

– Não devemos fazer uma audiência sobre uma lei de incentivos estaduais com único foco no estado do Pará – argumentou.

A Comissão de Assuntos Econômicos ainda rejeitou o projeto da Câmara 136/05, que pretende reduzir a alíquota de imposto incidente sobre a fabricação de canetas e cargas.

Comissão ouvirá Volks e sindicatos sobre demissões de metalúrgicos

A realização de audiência pública para discutir a intenção da Volkswagen de promover demissões de funcionários foi aprovada ontem na CAE, por requerimento de Romero Jucá (PMDB-RR), líder do governo. O documento convoca diretores da indústria, dos sindicatos de trabalhadores do ABC paulista e de Taubaté (SP) e da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Auto-

motores (Anfavea). Ainda não foi definida a data da audiência.

A Volkswagen anunciou no início de maio um plano de reestruturação, com demissões, corte de benefícios e até um possível fechamento de uma de suas quatro fábricas instaladas no Brasil.

Conforme os sindicatos, a montadora – que emprega hoje cerca de 21 mil pessoas no Brasil – teria a intenção de eliminar



Jucá quer tentar evitar a eliminação de mais de 5.700 postos de trabalho

5.773 postos de trabalho no país até 2008. A Volks não confirma os números, mas informa que cortes de produção e demissões são inevitáveis.



Malta lembra relatório que sugeria ação de controle sobre operadoras de telefonia

Autoridades são omissas quanto à segurança, diz Malta

Magno Malta (PL-ES) afirmou que a recente onda de violência patrocinada por grupos criminosos em São Paulo e em outros estados se deve “à maneira relapsa e omissa como as autoridades têm tocado a questão da segurança pública no Brasil”.

O senador lembrou que há seis anos, durante a CPI do Narcotráfico, da qual foi presidente, o relatório final do colegiado já trazia informações sobre ações da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC). Segundo o parlamentar, o relatório trazia sugestão para que operadoras de telefonia armazenassem os dados de telefones celulares e fixos por dez anos.

Malta ainda pediu apoio ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 117/03, de sua autoria, que obriga a identificação dos honorários recebidos por advogados que trabalham para integrantes do crime organizado ou do narcotráfico.

Voto de pesar pelo falecimento de Regina Napoleão

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) apresentou, em Plenário, requerimento de voto de pesar pelo falecimento, ocorrido ontem, da embaixatriz Regina Napoleão, esposa do embaixador Aloísio Napoleão e mãe do ex-senador pelo Piauí Hugo Napoleão. Ao defender a proposição, Heráclito ressaltou a atuação destacada de Regina Napoleão como embaixatriz nas missões diplomáticas exercidas pelo marido no Irã, na Suécia e na República Popular da China.

Em seguida, o senador Marco Maciel (PFL-PE) registrou seu sentimento de pesar pela morte da mãe do ex-senador Hugo Napoleão, “uma das figuras de maior destaque da política do Piauí e brasileira”. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) também lamentou o falecimento de Regina Napoleão.

Líder tucano é a favor de acordo entre legendas para apoiar e adotar políticas de ajuste fiscal e de metas de inflação, independentemente de quem vença as eleições

Arthur Virgílio apóia proposta de compromisso entre candidatos

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) apoiou a idéia de um acordo entre todos os partidos, proposta por Jefferson Péres (PDT-AM), pela qual as legendas se comprometeriam a apoiar e adotar políticas de ajuste fiscal e de metas de inflação, independentemente de quem vencesse as eleições.

O líder tucano criticou, no entanto, o ministro Ciro Gomes, que teria dito que o PSDB paulista atrapalharia tal acordo.

– O meu partido dispensa a intromissão dele. Ele, que é ministro da Integração Nacional, quer desintegrar um partido como o meu – protestou.

Virgílio também concordou com a proposta de emenda à Constituição de Flexa Ribeiro



Virgílio concorda com sugestão de Jefferson Péres e critica Ciro Gomes

(PSDB-PA), para regulamentar a Lei Kandir (Lei Complementar 87/96). Essa lei concede isenção de imposto para exportadores de produtos primários e determina que o governo federal compense os estados pelas perdas ocasionadas por tais isenções.

Cristovam: candidatos devem ter propostas concretas

Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que percebe, na “monopolização do debate da disputa presidencial pelos dois principais candidatos”, a ausência de propostas concretas sobre o futuro do país e o enfrentamento dos problemas fundamentais, como a desigualdade, a violência e a corrupção. Para o senador, há “dois grandes pólos de iguais”, e nenhum deles toca no ponto principal: “Que Brasil queremos, como construí-lo e como romper com nossas amarras?”

– O eleitor precisa escolher que futuro quer, mas não estamos vendo as propostas de futuro sendo trazidas para o debate



Para Cristovam, futuro presidente precisa dizer que Brasil espera e como construí-lo

– constatou.

O senador também disse acreditar que essas propostas para o futuro não podem estar “desligadas do presente”. Segundo

Para o senador, é preciso um dispositivo, ainda que transitório, que regulamente os repasses e evite que os governadores “dependam da boa vontade do governo”. Flexa Ribeiro afirmou que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado deve voltar a debater o assunto no dia 20.

Virgílio criticou ainda o governo em razão das greves do funcionalismo público. A paralisação dos auditores fiscais da Receita Federal já teria provocado, conforme o parlamentar, US\$ 750 milhões de prejuízo para a Zona Franca de Manaus.

– Não era esse o governo que saberia dialogar com os trabalhadores? O presidente Lula não era o líder sindical que saberia chegar aos bons acordos? – questionou.

Cristovam, os programas de emancipação não podem ficar “soltos no ar”, mas devem estar sempre vinculados à realidade.

– O Brasil do futuro tem amarras no presente que dificultam nossa caminhada. É preciso reconhecer essas amarras, e elas devem ser administradas com cuidado, para que saibamos aonde ir e como chegar lá. É a combinação do futuro com o presente, do sonho com a realidade, da utopia com a aritmética – propôs.

O pronunciamento de Cristovam foi apoiado pelos senadores Ramez Tebet (PMDB-MS), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Maciel clama por reformas nas instituições

As reformas políticas no país, segundo Marco Maciel (PFL-PE), têm se restringido a simples mudanças pontuais do sistema partidário-eleitoral. Na interpretação do senador, o Brasil precisa de reformas nas instituições do Estado brasileiro, que teriam aspecto mais abrangente.

– As verdadeiras reformas institucionais que o país reclama não dependem somente de mudanças nas leis, mas também do



As verdadeiras reformas não dependem apenas de mudanças nas leis, diz Maciel

saneamento das práticas e dos processos correntes – disse.

O senador afirmou que tais reformas ajudariam o país a superar “o agudo déficit de governabilidade que, por sua vez, limita o nosso processo de desenvolvimento”. Ao analisar

trechos do livro *Entre Duas Repúblicas*, do cientista político italiano Norberto Bobbio, Maciel observou que a política depende mais das instituições que das pessoas que as integram.

– Para reformar o Estado é preciso, tão logo se iniciem a próxima legislatura e a investidura dos titulares do Executivo, eleitos em outubro próximo, revermos o conceito em que se fundamenta a própria legitimidade do Estado, sua utilidade, suas finalidades e os limites de sua atuação. Essa é a nossa missão após a eleição. É uma aspiração de toda a sociedade brasileira – concluiu Maciel.

Ideli quer debate no Senado sobre investigações da CIA

Ao comentar a matéria “Kroll recorreu à CIA para investigar governo Lula”, publicada no último domingo pelo jornal *Folha de S. Paulo*, a líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), declarou ontem que “há fortes indícios de ingerência da CIA, agência de inteligência dos Estados Unidos, junto às autoridades brasileiras”. A senadora também disse que “o Senado não pode deixar de se debruçar sobre um assunto de tal gravidade”, e sugeriu que a questão seja tratada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Segundo a *Folha de S. Paulo*, Frank Holder, que foi diretor da Kroll, teria recorrido no início de 2005 ao “chefe de operações da CIA” no Brasil, visando obter informações sobre a posição do governo federal quanto à Brasil Telecom e à própria Kroll.



Iris ressaltou necessidade de “mudanças no comportamento dos agentes públicos”

Iris: governo precisa recuperar credibilidade

Ao discursar em Plenário ontem, Iris de Araújo (PMDB-GO) declarou que “há um clamor nacional por modificações profundas no comportamento dos agentes públicos”. A senadora disse que é preciso recuperar a credibilidade do governo, afetada pelos escândalos recentes, e também destacou “a imperiosa necessidade de se promover mudanças capazes de debelar a grave crise que hoje afeta as instituições”.

Como exemplo da “indignação geral”, Iris citou o discurso que ouviu em visita ao município de São Luís dos Montes Belos, em Goiás. Nele, o presidente do diretório municipal do PMDB, Aparecido José dos Santos, declarou que “o Brasil precisa de uma retomada de posição nos quadros dirigentes das instituições públicas”, e defende ainda “a necessidade de um choque de qualidade na gestão administrativa do país”.

Renan fixa prazo para correção de erro em requerimento de CPI

O presidente do Congresso, Renan Calheiros, em sessão conjunta ontem à noite, decidiu não acolher questão de ordem levantada pelo deputado Raul Jungmann (PPS-PE), que pediu a instalação imediata da chamada CPI dos “sanguessugas” para investigar denúncias de irregularidades no uso de recursos do Orçamento em compras superfaturadas de ambulâncias. Renan alegou a existência de erros formais no requerimento e deu prazo de cinco dias úteis para as correções.

Jungmann, embora discordasse, disse que iria respeitar a decisão de Renan e que se reuniria com as lideranças do movimento a favor da CPI para avaliar os próximos passos a serem tomados.

O deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) disse estranhar a posição adotada pelo presidente do Senado em relação ao requerimento de instalação da CPI. Gabeira acusou Renan de basear sua decisão em

um “artifício regimental” e de usar “um trator para passar por cima da vontade da minoria”.

Iniciativas

Em resposta à intervenção do representante do Partido Verde, Renan afirmou que sua prática em relação às CPIs demonstra o contrário das acusações feitas por Gabeira. Renan lembrou que ele próprio tomou a iniciativa de indicar os integrantes da CPI dos Bingos quando os líderes partidários no Senado se recusaram a fazê-lo, após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

Quanto à CPI dos “sanguessugas”, observou que a Procuradoria Geral da República já investiga o caso há dois anos. De qualquer forma, disse ter pedido o envio de dados sobre a investigação ao Congresso para, a partir das informações recebidas, tomar uma posição. Inconformado, Gabeira disse que a minoria “iria até o fim”.



Serys lembra que no período mencionado ainda não exercia mandato parlamentar

Serys anuncia que vai processar seus acusadores

A senadora Serys Ilhessarenko (PT-MT) anunciou ontem, da tribuna, que vai processar dois jornais de Cuiabá pela publicação do seu nome entre os denunciados na Operação Sanguessuga, da Polícia Federal, que apura desvios de recursos públicos.

Serys protestou de forma veemente contra os responsáveis pela notícia e desmentiu as matérias. Ela teria sido citada como autora de emendas ao Orçamento da União destinadas à compra de ambulâncias superfaturadas. E reforçou sua indignação ao informar que o período mencionado da emenda é o ano de 2001, quando nem sequer era deputada federal ou senadora.

–As notícias saíram de maneira discreta, tímida, em um pequeno espaço nesses jornais, mas afirmo que vou processar porque de mim não irão encontrar nada, nem com uma lupa – acrescentou.



Para Jefferson, apesar de insultuosa, resposta recebeu aprovação popular

Jefferson lamenta humilhação ao Congresso

Ao confessar que sentiu tristeza por ser membro do Congresso, na semana passada, quando o advogado Sérgio Weslei da Cunha disse, na CPI do Tráfico de Armas, que na Câmara se aprendia rápido a prática da malandragem, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou que nunca o Parlamento passou por tamanha humilhação.

– Os deputados assumiram uma posição equivocada quando pensaram que poderiam insultar o depoente. Ao ser chamado de malandro, perdeu a tranqüilidade e replicou. Portanto, os deputados mereceram ouvir a réplica, que, apesar de insultuosa com o Congresso, mereceu a aprovação da população. Pelos e-mails que recebi, as cartas que li nos jornais e os contatos que mantive no Rio de Janeiro, as pessoas avaliam que ele foi preso por ter dito a verdade – afirmou.

Senador afirma que Elza Buratti revelou à CPI dos Bingos a existência de “movimentos financeiros estranhos” que deverão contribuir para a conclusão do documento

Efraim: fala de ex-mulher de Buratti reforçará relatório

O senador Efraim Morais (PFL-PB), presidente da CPI dos Bingos, disse ontem, ao final do depoimento de Elza Gonçalves Buratti, ex-mulher do advogado Rogério Tadeu Buratti, que ela relatou aos parlamentares fatos “interessantes” e que irão contribuir para o fechamento do relatório final, a começar pela existência de “movimentos financeiros estranhos” nas contas do casal, como compra e venda de imóveis sem registro.

– Nessas operações pode haver aquilo que sempre desconfeei: o crime de lavagem de dinheiro – afirmou Efraim, ao se referir ao depoimento prestado por Elza à Polícia Federal em julho de 2005, e que foi presenciado por assessores da CPI. O parlamentar informou que o teor daquele depoimento, lido na íntegra por ele, está em poder da secretaria do colegiado.

Para Efraim Morais, Elza também deixou claro, ao ser ouvida pela PF, que tinha pleno conhecimento de que seu ex-marido estava envolvido com falcaturas na GTech. Rogério Buratti foi acusado de ter cobrado propina da multinacional, no valor de R\$ 6 milhões, quando da renovação do contrato entre a empresa e a Caixa Econômica Federal, em abril de 2003, relacionado ao



Ao lado de Garibaldi, Efraim dirige reunião em que Elza presta depoimento

sistema lotérico do país.

Caso GTech

No depoimento prestado ontem à CPI, no entanto, Elza Buratti informou que, de acordo com relatório enviado a ela pela Receita Federal no último mês de março, não foi constatada a existência de nenhum contrato entre a BBS Consultores Associados Ltda. – empresa de propriedade do casal – e a GTech. O relator da CPI, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), pediu a Elza o envio de toda documentação ao colegiado. Ela se prontificou a encaminhar os documentos à comissão.

Elza, que é filiada ao PT, contou no seu depoimento que jamais se interessou pelos negócios do seu ex-marido e que, portanto, desconhecia o que ele

tratava nas constantes viagens ao exterior, como a Angola. Membros da CPI suspeitam que bingueiros angolanos tenham contribuído para campanhas políticas do PT, incluindo a do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva. Elza disse que jamais ouviu de Rogério que tais contribuições existiriam. Indagada sobre o que sabia sobre bingo, Elza Buratti respondeu que desconhecia o assunto.

Efraim voltou a afirmar que não aceitará nenhum tipo de desqualificação, pelo governo, do relatório final de Garibaldi Alves Filho. Se isso ocorrer, assegurou que irá lutar para que os trabalhos da comissão parlamentar de inquérito sejam prorrogados, “pelo tempo que se fizer necessário”.

Comissão ouve cozinheira que teria presenciado trama

Os senadores que integram a CPI dos Bingos colhem hoje o depoimento da cozinheira Zildete Leite dos Reis. Ela teria presenciado a trama do sequestro e assassinato do ex-prefeito de Santo André (SP) Celso Daniel, ocorridos em janeiro de 2002. A CPI promove reunião administrativa para apreciação e votação de requerimentos antes do depoimento.

De acordo com matéria publicada pelo jornal *Correio Braziliense* em 16 de janeiro deste ano, Zildete revelou que Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, era presença freqüente em jantares oferecidos por João Arcanjo Ribeiro, o Comendador, suposto chefe do crime organizado em Mato Grosso. Em uma dessas ocasiões, segundo ela, Sombra teria dito que planejava o assassinato de Celso Daniel. A trama, de acordo com Zildete, também teria sido testemunhada por Joacir das Neves, que trabalhava como segurança de João Arcanjo. A CPI dos Bingos já aprovou a convocação de Joacir para prestar depoimento.

Apelo para regulamentação tem 500 mil assinaturas

O presidente da CPI dos Bingos, Efraim Morais, recebeu ontem abaixo-assinado com mais de 500 mil assinaturas solicitando a regulamentação das casas desses jogos em todo o país. O documento foi elaborado pelo Movimento Pró-Bingo (MPB), que sugere a inclusão da proposta no relatório final da CPI, o qual deverá ser apresentado nos próximos dias. O abaixo-assinado foi encaminhado ao relator, Garibaldi Alves Filho.

De acordo com a representante da Comissão Nacional de Trabalhadores de Bingo, Edna Barbosa, a atividade é responsável por 120 mil empregos em todo o país. Ela afirmou que algumas casas de bingo, no entanto, funcionam sob força de liminar e outras estão impedidas de abrir suas portas por determinação judicial, o que vem prejudicando os trabalhadores do setor. Ao receber o documento, Efraim disse que a regulamentação dos bingos não dependerá exclusivamente da comissão. Ele também defendeu a realização de um referendo após a deliberação final sobre a matéria.

Em audiência conjunta das comissões de Educação e de Assuntos Sociais, especialistas e parlamentares discutem a criação de políticas voltadas a crianças de até seis anos

Luta contra a violência deve começar na primeira infância

A violência na primeira infância deve ser combatida desde a gestação, segundo opinião dos três palestrantes convidados para a audiência pública realizada ontem para discutir o projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que institui a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância.

A audiência, realizada conjuntamente pelas comissões de Educação (CE) e de Assuntos Sociais (CAS), foi sugerida pelas senadoras Patrícia Saboya (PSB-CE) e Fátima Cleide (PT-RO). Patrícia, relatora da matéria na CE, onde a proposta (PLS 340/05) receberá decisão terminativa, já apresentou parecer favorável.

Conforme o pediatra e neona-

tologista Laurista Corrêa Filho, o bebê já nasce pronto para interagir com o meio ambiente. O médico explicou que a organização do cérebro é única e pessoal e que, com apenas quatro meses de vida uterina, o feto já produziu a maioria dos seus neurônios e o cérebro está praticamente formado. Por isso, na opinião de Laurista Filho, a experiência uterina é fundamental, mas é igualmente importante a prática que as crianças adquirem nos primeiros anos de vida, principalmente antes dos três anos de idade.

– As crianças que sofrem abuso ou negligência não desenvolverão uma relação segura com seus cuidadores – explicou.

Para o psiquiatra e presidente da Federação Latino-America-

na de Psiquiatria da Infância e Adolescência, Salvador Célia, a sociedade precisa desenvolver a “cultura do apego”, que significa trabalhar as boas relações entre o bebê, desde a vida uterina, e os seus cuidadores, que são, segundo ele, não apenas os pais, mas também os pediatras, entre outros. Para Salvador, é preciso que haja políticas para garantir qualidade de vida às crianças e aos responsáveis por elas.

Da mesma opinião compartilha o pediatra e professor da Universidade de Brasília (UnB) Antônio Márcio Lisboa. Ele citou como fatores determinantes da violência o mau exemplo adquirido no ambiente familiar, a desestruturação do lar e a privação materna.



Especialistas presentes à audiência destacam a necessidade de se garantir uma relação de afeto entre crianças e seus cuidadores

Políticas específicas para crianças de até seis anos

Os senadores presentes à audiência que discutiu projeto sobre violência na primeira infância querem mais atenção do governo para crianças com até 6 anos de idade. Para Simon, autor do projeto, se o poder público tivesse consciência da importância de políticas públicas exclusivamente para a primeira infância, muitos problemas seriam evitados.

– Só recentemente o governo passou a dar importância à pré-escola – lamentou Simon.

Para Fátima Cleide, é fundamental que os governos combatam a violência não apenas com medidas punitivas, mas também com ações de prevenção.

– Precisamos investir mais recursos na educação, ampliar a licença-maternidade, aprovar o Fundeb e o projeto do senador Simon – destacou.

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) defendeu a paternidade responsável.

– Discute-se muito a questão da mulher, mas o homem também tem que ser incluído nessa discussão. É preciso responsabilizar o Estado por esse assunto – afirmou Zambiasi.

Na opinião de Heloísa Helena (PSOL-AL), é preciso que o Estado tome providências imediatas para adotar as crianças antes que o narcotráfico e a pro-

stituição o façam, “arrastando-as para o submundo”.

Conforme Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS), que presidiu a reunião, a família brasileira ganha muito com audiências como a realizada ontem, que “enchem o coração de ética”.

O projeto de Simon institui a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância entre os dias 12 e 18 de outubro. O objetivo é conscientizar a população brasileira sobre a importância dos primeiros seis anos de vida de uma criança para a formação de um cidadão mais apto à convivência social e à cultura da paz.



Presidente da CI, Heráclito Fortes (D) acompanha o debate com Fernando Fialho

Comissão aprova indicação de Fernando Fialho para a Antaq

Por unanimidade, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou a indicação do engenheiro Fernando Antônio Brito Fialho para o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). A necessidade de melhorar o aproveitamento dos rios e do mar para o transporte de cargas no Brasil dominou o debate na comissão.

Ao apresentar parecer favorável à indicação, o relator da matéria, Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou que Fernando Fialho tem todas as credenciais para ocupar o cargo. João Alberto Souza (PMDB-MA) ressaltou a experiência profissional de Fialho.

O presidente da CI, Heráclito Fortes (PFL-PI), Roberto Saturnino (PT-RJ), Sibá Machado

(PT-AC) e Serys Shessarenko (PT-MT) também participaram do debate. O indicado destacou a necessidade de o Brasil desenvolver o transporte aquaviário tanto para melhorar a capacidade de competir no mercado internacional quanto para baratear o preço dos produtos no mercado nacional.

Ao responder a pergunta de Heráclito Fortes sobre a eclusa de Tucuruí (PA), Fialho sugeriu que a comissão promova mudanças na legislação para tornar obrigatória a inserção de eclusas nos projetos de hidrelétricas em rios navegáveis. Ele ressaltou que Tucuruí custará 30% a mais pelo fato de a eclusa não ter sido incluída no projeto original.

A indicação de Fernando Fialho segue para exame do Plenário.

Falta de acordo adia votação de mudanças no rito do Orçamento

Pela segunda vez em menos de dez dias, o Congresso adiou a votação do projeto que muda o rito de tramitação do Orçamento da União na Câmara e no Senado. Ainda não existe acordo entre os líderes partidários e suas bancadas sobre as alterações e, como resultado, não houve presença mínima de parlamentares para a votação.

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) pediu verificação de quórum assim que começou a sessão e o presidente do Senado, Renan Calheiros, que preside as sessões do Congresso, decidiu encerrar a reunião depois de responder a uma questão levantada pelo deputado Raul Jungmann (PPS-PE) sobre o requerimento para a instalação da CPI dos “sanguessugas”. Renan afirmou que só pretende convocar reunião para tratar do projeto que muda a tramitação do Orçamento (PRN 02/05) quando houver acordo.

As mudanças na tramitação do

Orçamento, que buscam tornar mais transparente a apresentação e a discussão de emendas parlamentares, não foram bem recebidas pelos deputados. Encontra-se em discussão projeto do deputado Ricardo Barros (PP-PR), apresentado no ano passado. No início do mês, depois da Operação Sanguessuga da Polícia Federal, que prendeu 40 pessoas envolvidas em fraudes com verbas do Orçamento, Renan Calheiros e o presidente da Câmara, Aldo Rebelo, encarregaram um grupo parlamentar de apresentar propostas ao projeto de Barros.

As sugestões foram entregues aos presidentes do Senado e da Câmara, e aos líderes partidários. Há uma semana, o projeto não foi votado sob o argumento de que havia necessidade de se conhecer detalhadamente as emendas apresentadas. Ontem, no início da sessão do Congresso, foram lidas mais emendas antes do pedido de verificação de quórum.